



RELATÓRIO E CONTAS 2025

APPACDM DE BRAGA

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Rua da Bouça – Quinta do Amorim, n.º 2 – 4710-053 Braga

NIF: 504 646 702 | Tel: (+351) 253 278 278 | geral@appacdm-braga.pt





Nota Introdutória

Caros Associados,

Apresentamos o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, um documento que traduz, de forma transparente e rigorosa, o percurso desenvolvido pela APPACDM de Braga ao longo de mais um ano de trabalho ao serviço das pessoas com deficiência intelectual, das suas famílias e da comunidade.

O ano de 2025 ficará marcado como um ano de consolidação da recuperação da nossa instituição. Depois de um período particularmente difícil, caracterizado por elevados constrangimentos financeiros e por um pesado legado acumulado ao longo de vários anos, a APPACDM conseguiu recuperar a estabilidade operacional e regressar a resultados positivos, demonstrando que é possível construir um futuro sustentável sem abdicar da missão que nos define.

Este resultado não foi alcançado através da redução da qualidade das respostas sociais, nem através da diminuição da proximidade às pessoas. Pelo contrário. Foi conseguido através de uma gestão mais rigorosa, de uma melhor organização dos recursos disponíveis, da valorização das equipas e de uma utilização mais eficiente dos meios da instituição.

Paralelamente, prosseguiu-se um intenso trabalho de recuperação financeira. A dívida à Segurança Social encontra-se consolidada num único plano prestacional que está a ser cumprido. As dívidas à Autoridade Tributária continuam a ser regularizadas com responsabilidade. A dívida ao IEFP encontra-se em fase avançada de liquidação. Também a dívida a fornecedores registou uma redução muito significativa, permitindo reforçar a credibilidade da instituição junto dos seus parceiros.

Um dos sinais mais claros desta recuperação foi o facto de a APPACDM de Braga ter voltado a reunir as condições necessárias para beneficiar da consignação de IRS. Mais do que um requisito administrativo, este é um indicador inequívoco da recuperação da confiança institucional e da regularização da sua situação perante o Estado.

Mas a recuperação da APPACDM não se mede apenas pelos números. Embora importantes, não contam toda a história.

A verdadeira força da APPACDM continua a residir nas pessoas: nos colaboradores que diariamente dão o melhor de si, nos associados que acreditam na instituição, nas famílias que depositam em nós a sua confiança e nos parceiros, voluntários e entidades públicas e privadas que caminham ao nosso lado.

A APPACDM de Braga é hoje uma instituição mais aberta, mais próxima e mais ligada à comunidade. Queremos que esta ligação continue a crescer. A nossa instituição não existe para si própria. Existe para servir a comunidade e para responder às suas necessidades. Quem quiser contribuir de forma construtiva para esta missão será sempre bem-vindo.

Sabemos que ainda há um longo caminho pela frente. Os desafios sociais são cada vez mais exigentes e as necessidades das pessoas que apoiamos continuam a aumentar. É por isso que continuaremos a trabalhar na criação de novas respostas sociais, no reforço da qualidade dos serviços existentes e na procura permanente de novas oportunidades de financiamento, sempre sem comprometer a autonomia da instituição nem recorrer à alienação do seu património.

O caminho da recuperação está longe de concluído, mas os resultados alcançados demonstram que estamos na direção certa.

Com responsabilidade, transparência, dedicação e sentido de missão, continuaremos a construir uma APPACDM mais forte, mais sustentável e cada vez mais integrada na comunidade que serve.

A todos os que tornaram possível este percurso, deixamos uma palavra sincera de agradecimento.

O futuro constrói-se todos os dias. É com esperança, confiança e determinação que continuaremos a honrar a nossa missão e a prosseguir esta caminhada ao serviço das pessoas, das famílias e da comunidade.

Handwritten signature in black ink, reading "Bruno Silva".

1. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico/financeiro

O exercício de 2025 representa um marco importante no processo de transformação e fortalecimento institucional da APPACDM de Braga.

Os resultados alcançados demonstram que as medidas de reorganização e gestão implementadas nos últimos dois anos continuam a produzir efeitos positivos, permitindo à instituição reforçar a sua capacidade de resposta e consolidar uma gestão mais equilibrada, sem comprometer a qualidade das respostas sociais prestadas às pessoas com deficiência intelectual, às suas famílias e à comunidade.

O resultado líquido positivo alcançado em 2025 constitui um sinal encorajador da evolução da instituição e reflete o esforço coletivo desenvolvido por colaboradores, associados, dirigentes, parceiros e demais intervenientes que diariamente contribuem para a concretização da nossa missão.

Ao longo do exercício, foi possível reforçar os rendimentos da instituição, melhorar os níveis de execução orçamental e prosseguir uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis. Paralelamente, continuou o trabalho de regularização das responsabilidades assumidas, com especial destaque para o cumprimento dos planos prestacionais acordados com a Segurança Social, para a redução progressiva dos compromissos existentes junto de diversas entidades e fornecedores e para a diminuição significativa da dívida ao IEFP.

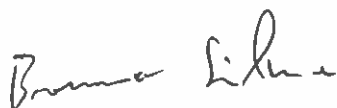
Importa igualmente assinalar o reforço da liquidez e a melhoria dos indicadores de tesouraria, fatores essenciais para assegurar a estabilidade operacional da instituição e enfrentar os desafios futuros com maior segurança e previsibilidade.

O regresso da APPACDM de Braga à elegibilidade para beneficiar da consignação de IRS constitui igualmente um importante sinal de credibilidade institucional, refletindo o esforço de regularização desenvolvido e a confiança recuperada junto das entidades públicas, dos associados e da comunidade.

A Direção mantém o seu compromisso inabalável com uma gestão responsável, transparente e orientada para o interesse da instituição e das pessoas que dela dependem. Continuaremos a privilegiar a boa gestão dos recursos disponíveis, o reforço das parcerias e a diversificação das fontes de financiamento, procurando sempre conciliar a prudência na gestão com o investimento nas respostas sociais e no desenvolvimento da instituição.

Os resultados alcançados em 2025 não representam um ponto de chegada, mas antes mais uma etapa num caminho que exige continuidade, rigor e visão estratégica. A APPACDM de Braga continuará a trabalhar para reforçar a qualidade dos seus serviços, consolidar a sua capacidade de resposta e criar condições para o desenvolvimento de novas respostas capazes de responder às necessidades crescentes da comunidade. Este caminho continuará a assentar na valorização dos recursos existentes, no reforço das parcerias e na melhoria contínua da gestão, preservando sempre a autonomia da instituição e o seu património.

A Direção expressa ainda o seu sincero reconhecimento a todos os colaboradores da instituição. O profissionalismo, a dedicação e o sentido de missão demonstrados diariamente constituem um dos principais fatores que permitiram alcançar os resultados agora apresentados e continuar a construir uma APPACDM mais forte, mais próxima da comunidade e mais preparada para os desafios do futuro.



2. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos

O quadro seguinte apresenta uma perspetiva histórica e financeira da Instituição e permite avaliar a evolução da estrutura de gastos e rendimentos dos últimos exercícios.

Quadro 1 - Análise comparativa da Estrutura de Gastos e Rendimentos

(valores em €)

GASTOS E PERDAS	2025	2024	2023	2022	2021
C.M.V.M.C.	200.277,69 €	292.442,38 €	330.618,33 €	218.827,94 €	160.051,92 €
Fornecimentos e Serviços Externos	428.128,68 €	367.991,62 €	538.158,08 €	435.490,76 €	442.139,52 €
Gastos com Pessoal	2.782.783,18 €	2.743.285,14 €	3.110.519,26 €	2.439.142,65 €	2.349.610,05 €
Depreciações do Exercício	108.429,22 €	113.461,35 €	149.989,63 €	137.683,80 €	119.701,48 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	45.538,56 €	187,35 €	- 870,55 €	59.173,14 €	17.899,79 €
Juros e Gastos Suportados	40.107,60 €	39.917,46 €	27.751,20 €	37.863,52 €	3.176,75 €
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	3.605.264,93 €	3.557.285,30 €	4.156.165,95 €	3.328.181,81 €	3.092.579,51 €
	1,35%	-14,41%	24,88%	7,62%	13,62%
RENDIMENTOS E GANHOS	2025	2024	2023	2022	2021
Vendas	6.046,08 €	3.549,60 €	- €	7.681,70 €	5.816,95 €
Prestações de serviços	636.840,50 €	553.447,44 €	495.245,05 €	499.024,63 €	460.274,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.782.308,66 €	2.460.286,24 €	2.353.249,89 €	2.350.845,43 €	2.313.858,43 €
Trabalhos para a Própria Instituição	114.380,05 €	128.935,94 €	114.629,02 €	90.920,26 €	100.064,58 €
Reversões	- €	- €	- €	4,00 €	- €
Out. Rendimentos e Ganhos	68.036,47 €	189.318,27 €	213.693,89 €	403.675,29 €	295.909,35 €
Juros e Rendimentos Obtidos	27,66 €	- €	- €	- €	- €
TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS	3.607.639,42 €	3.335.537,49 €	3.176.817,85 €	3.352.151,31 €	3.175.923,31 €
	8,16%	5,00%	-5,23%	5,55%	14,80%

O exercício de 2025 evidencia uma significativa redução da tendência negativa observada nos anos anteriores. Os rendimentos totais atingiram 3.607.639,42 €, representando um crescimento de 8,16% face a 2024, o maior aumento dos últimos cinco anos. Os gastos totais situaram-se em 3.605.264,93 €, um ligeiro aumento de 1,35% face a 2024, significativamente inferior ao valor da inflação de 2025 que segundo INE se fixou nos 2,3%

A rubrica de gastos com pessoal, que constitui a maior parcela da estrutura de custos (77,2% do total), apresenta um aumento de 39.498,04 € face a 2024 (+1,4%), explicado pelo reconhecimento integral do Subsídio de Natal de 2025 (134.701,67 €). Excluindo este efeito específico, os gastos com pessoal teriam registado uma redução em linha com as medidas de contenção e reorganização dos recursos humanos implementadas pela atual Direção.

Do lado dos rendimentos, destaca-se o crescimento dos subsídios, doações e legados à exploração, que passaram de 2.604.457,40 € em 2024 para 2.782.308,66 € em 2025 (+6,8%, considerando os donativos em ambos os anos para efeitos de comparabilidade), impulsionados pelo aumento dos acordos de cooperação com o ISS, IP e pelo apoio do IEFP. As prestações de serviços também cresceram significativamente, de 553.447,44 € para 636.840,50 € (+15,1%), refletindo a dinamização das atividades da instituição.

A conjugação dos esforços de contenção com o aumento dos rendimentos permitiu uma viragem da trajetória financeira, com um resultado líquido positivo de 2.374,49 €, em contraste com o prejuízo de -221.747,81 € registado em 2024 e de -979.348,10 € em 2023, traduzindo-se numa melhoria de 224.122,30 € face ao exercício anterior e devolvendo a Instituição ao equilíbrio operacional.

3. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2025

Quadro 2 - Análise da Execução Orçamental do exercício de 2025

(valores em €)

Rendimentos e Gastos	DR 31/12/2025	Orçamento 2025
Vendas	6.046,08	3.458,52
Serviços prestados	636.840,50	584.304,29
Subsídios, doações e legados à exploração	2.782.308,66	2.926.732,10
ISS, IP - Centros Distritais	2.697.400,87	2.921.732,10
Outros	500,00	5.000,00
Donativos	84.407,79	- €
Trabalhos para a própria entidade	114.380,05	82.287,33
C.M.V.M.C	- 200.277,69	- 285.331,37
Fornecimentos e serviços externos	- 428.128,68	- 355.426,42
Gastos com pessoal	- 2.782.783,18	- 2.966.488,01
Outros rendimentos e ganhos	68.036,47	175.288,70
Outros gastos e perdas	- 45.538,56	- 101,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos	150.883,65	164.723,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 108.429,22	- 115.003,27
Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)	42.454,43	49.720,34
Juros e rendimentos similares obtidos	27,66	- €
Juros e gastos similares suportados	- 40.107,60	- 49.720,34
Resultado antes de impostos	2.374,49	0,00
Imposto sobre rendimento do período		
Resultado líquido do período	2.374,49	0,00

A execução orçamental do exercício de 2025 revela desvios favoráveis significativos face ao orçamento aprovado, evidenciando uma gestão financeira prudente e eficaz.

Do lado dos rendimentos, a execução total superou largamente as previsões orçamentais. As prestações de serviços atingiram 636.840,50 €, superando o orçamento de 584.304,29 € em cerca de 9%. Os trabalhos para a própria entidade também ficaram acima do previsto, com uma execução de 114.380,05 € contra os 82.287,33 € orçamentados (+39%). Os subsídios ficaram ligeiramente abaixo do orçamentado (2.782.308,66 € vs. 2.926.732,10 €), uma diferença de -7,8%, explicada pelo desfasamento temporal no reconhecimento de alguns apoios.

Do lado dos gastos, a contenção foi notável na maioria das rubricas. Os gastos com pessoal situaram-se em 2.782.783,18 €, ficando 183.704,83 € abaixo do orçamento de 2.966.488,01 € (-6,2%), apesar do reconhecimento integral do Subsídio de Natal de 2025. O custo das mercadorias vendidas foi de 200.277,69 €, inferior aos 285.331,37 € previstos (-29,8%). Os fornecimentos e serviços externos superaram o orçamento (428.128,68 € vs. 355.426,42 €, +20,5%), refletindo o aumento dos custos energéticos e de conservação.

O resultado líquido do período de 2.374,49 € supera ligeiramente o resultado nulo previsto no orçamento, demonstrando que as medidas de gestão adotadas permitiram restabelecer o equilíbrio das contas.

O Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação

O Resultado Líquido do período totalizou o montante positivo de 2.374,49 €, que a Direção propõe seja incorporado em Resultados Transitados. Este resultado, agora positivo, evidencia uma melhoria muito expressiva face ao prejuízo do exercício anterior (-221.747,81 €), demonstrando que as medidas de reestruturação e contenção adotadas pela atual Direção estão a produzir resultados concretos e a contribuir para a recuperação financeira da instituição.

Dívidas à AT e Segurança Social

A APPACDM apresenta a sua situação tributária e contributiva regularizada através de acordos e está a cumprir com todos os planos prestacionais negociados com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

Braga, 27 de março de 2026.

A Direção



4. Balanço

Balanço em 31 de dezembro 2025

(valores em €)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO			
Ativo não corrente		2.827.226,04	3.000.480,96
Ativos fixos tangíveis	5.1	2.823.162,88	2.996.412,79
Ativos intangíveis	5.2	0,00	5,01
Investimentos financeiros		4.063,16	4.063,16
Ativo corrente		474.179,15	400.036,94
Inventários	6.1	3.922,28	6.755,93
Clientes e Utentes	11.1	3.049,47	13.481,34
Fundadores/patrocinad./doadores/assoc./membros	11.3	270.136,57	273.212,07
Estado e outros entes públicos	12.8	- €	- €
Outros créditos a receber	11.3	6.079,59	62.457,88
Diferimentos	12.1	- €	349,03
Caixa e depósitos bancários	4.1	190.991,24	43.780,69
Total do Activo		3.301.405,19	3.400.517,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	1.965.548,83	1.965.548,83
Resultados transitados	11.5	- 1.570.323,78	- 1.285.497,17
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.3 / 11.5	570.123,42	564.832,62
Resultado líquido do período	11.5	2.374,49	- 221.747,81
Total dos fundos patrimoniais		967.722,96	1.023.136,47
Passivo			
Passivo não corrente		750.598,66	479.773,28
Financiamentos obtidos	11.4	342.347,93	479.773,28
Estado e outros entes públicos	12.8	408.250,73	- €
Passivo corrente		1.583.083,57	1.897.608,15
Fornecedores	11.2	153.727,28	199.368,42
Estado e outros entes públicos	12.8	154.265,72	533.302,43
Financiamentos obtidos	11.4	135.289,44	114.220,02
Diferimentos	12.1	354.645,61	352.502,62
Outras dívidas a pagar	11.3	785.155,52	698.214,66
Total do Passivo		2.333.682,23	2.377.381,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.301.405,19	3.400.517,90

Braga, 27 de março de 2026.

A Direção,

Bruno Silva

O Contabilista Certificado,

[Assinatura]

5. Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados por Natureza

(valores em €)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	7.2	642.886,58	556.997,04
Subsídios, doações e legados à exploração	8.2	2.782.308,66	2.460.286,24
ISS, IP - Centros Distritais		2.697.400,87	2.459.786,24
Outros		500,00	500,00
Donativos		84.407,79	- €
Trabalhos para a própria entidade	7.2	114.380,05	128.935,94
Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	6.2	- 200.277,69	- 292.442,38
Fornecimentos e serviços externos	12.2	- 428.128,68	- 367.991,62
Gastos com o pessoal	12.3	- 2.782.783,18	- 2.743.285,14
Outros rendimentos	12.6	68.036,47	189.318,27
Outros gastos	12.6	- 45.538,56	- 187,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos		150.883,65	- 68.369,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.1 / 5.2	- 108.429,22	- 113.461,35
Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)		42.454,43	- 181.830,35
Juros e rendimentos similares obtidos		27,66	- €
Juros e gastos similares suportados	12.7	- 40.107,60	- 39.917,46
Resultado líquido do período		2.374,49	- 221.747,81

Braga, 27 de março de 2026.

A Direção,



O Contabilista Certificado,



6. Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método direto)

(valores em €)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		722.237,66	889.323,95
Pagamentos a fornecedores		- 594.124,34	- 648.924,96
Pagamentos ao pessoal		- 1.735.095,50	- 2.841.606,46
Caixa gerada pelas operações		- 1.606.982,18	- 2.601.207,47
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento + iva		- €	- €
Outros recebimentos/pagamentos		1.919.650,99	2.689.939,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		312.668,81	88.732,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5.1	- 8.994,73	- €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		- €	- €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		- €	- €
Juros e rendimentos similares		- €	- €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 8.994,73	- €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Doações		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 116.355,93	- 106.306,17
Juros e gastos similares		- 40.107,60	- 39.917,46
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 156.463,53	- 146.223,63
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		147.210,55	- 57.491,55
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.1	43.780,69	101.272,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		190.991,24	43.780,69

Braga, 27 de março de 2026.

A Direção,

Bruna Lina

O Contabilista Certificado,

[Assinatura]

7. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das Alterações Dos Fundos Patrimoniais no Período de 2024

(valores em €)

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	11.5	1.965.548,83 €	- €	- €	- 367.401,60 €	564.832,62 €	- 979.348,10 €	1.183.631,75 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de DF		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização		- €	- €	- €	+ €	- €	- €	- €
Ajustamentos por impostos diferidos		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas do Fundo Social		- €	- €	- €	- 918.095,57 €	- €	979.348,10 €	61.252,53 €
Subtotal (2)		- €	- €	- €	- 918.095,57 €	- €	979.348,10 €	61.252,53 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	11.5						- 221.747,81 €	- 221.747,81 €
RESULTADO EXTENSIVO (4=2+3)		- €	- €	- €	- 918.095,57 €	- €	757.600,29 €	- 160.495,28 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES								
Fundos		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios, doações e legados		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal (5)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 (6=1+2+3+5)		1.965.548,83 €	- €	- €	- 1.285.497,17 €	564.832,62 €	- 221.747,81 €	1.023.136,47 €

Demonstração das Alterações Dos Fundos Patrimoniais no Período de 2025

(valores em €)

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	11.5	1.965.548,83 €	-€	-€	-1.285.497,17 €	564.832,62 €	-221.747,81 €	1.023.136,47 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Alterações de políticas contabilísticas		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Diferenças de conversão de DF		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Realização do excedente de revalorização		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Excedentes de revalorização		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Ajustamentos por impostos diferidos		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Outras alterações reconhecidas do Fundo Social		-€	-€	-€	-284.826,61 €	5.290,80 €	221.747,81 €	-57.788,00 €
Subtotal (2)		-€	-€	-€	-284.826,61 €	5.290,80 €	221.747,81 €	-57.788,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	11.5						2.374,49 €	2.374,49 €
RESULTADO EXTENSIVO (4=2+3)		-€	-€	-€	-284.826,61 €	5.290,80 €	224.122,30 €	-55.413,51 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES								
Fundos		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Subsídios, doações e legados		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Outras operações		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
Subtotal (5)		-€	-€	-€	-€	-€	-€	-€
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (6=1+2+3+5)		1.965.548,83 €	-€	-€	-1.570.323,78 €	570.123,42 €	2.374,49 €	967.722,96 €

Braga, 27 de março de 2026.

A Direção,



O Contabilista Certificado,





8. Anexo

1. Identificação da entidade

Designação: APPACDM de Braga

Sede Social: Rua da Bouça – Quinta do Amorim, n.º 2 – 4710-053 Braga

Fundo Social: 1.965.548,83 Euros

N.º Contribuinte: 504 646 702

Objeto Social: Atividade de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento.

C.A.E.:

- 88102 – Atividades de ação social para pessoas com incapacidades, sem alojamento
- 87302 – Atividades de apoio social em estruturas residenciais para pessoas com incapacidade física

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL) aprovadas pela Portaria 220/2015, de 24 de julho, deste modo, é necessário a formulação de julgamentos, pressuposto e estimativas que afetam a aplicação das políticas contabilísticas bem como o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos.

A análise e exposição das estimativas e pressupostos, são baseados na experiência histórica e noutros fatores relevantes de acordo com as particularidades da entidade. Suportando os julgamentos sobre o valor dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes, podendo os resultados reais variar das estimativas.


As questões que exigem um maior nível de complexidade e julgamento, ou apresentam pressupostos e estimativas com resultados relevantes, são apresentados na Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas, onde se relata as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos da instituição e de acordo com o Sistema da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- *Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março* – aprova o regime contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo;



- *Portaria n.º 105/2011, de 14 de março* – aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico SNC- ESNL;
- *Portaria n.º 106/2011, de 14 de março* – aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo;
- *Aviso 6726-B/2011, de 14 de março* – publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo;
- *Artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro* – procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março;
- *Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio* – procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.
- *Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho* – procede à revisão dos modelos de demonstrações financeiras.

2.2 – Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL:

A APPACDM de Braga, regista na sua contabilidade propriedades doadas com valor de entrada nulo, com o acréscimo de benfeitorias. No seguimento, foi derogada a nota 7.5 da NCRF-ESNL, que prescreve o reconhecimento ao justo valor, encontrando-se em curso as avaliações para o seu reconhecimento.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no princípio da continuidade.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com exceção de alguns prédios doados à instituição, que se encontram registados conforme a nota 2.2 “*Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL*” de acordo com as disposições legais.

O custo de aquisição engloba todos os custos diretamente necessários à aquisição, e os incorridos para a colocação no local e outros necessários para o funcionamento do mesmo, tais como as despesas de transporte e montagem.

As depreciações são calculadas, a partir do método de linha reta, aplicada anualmente, a partir da entrada em funcionamento dos bens. São aplicadas as taxas de depreciação mais

apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, tomando como referência as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas			
Edifícios e Outras Construções	2%	4%	5%	
Equipamento Básico	14,28%	16,66%	25%	33%
Equipamento de Transporte	25%			
Equipamento Administrativo	10%	12,5%	20%	25%
	33,33%			
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14,28%	16,66%	33,33%	

Os encargos com reparações e/ou manutenções, são analisados e registados conforme a sua dimensão. Os pequenos gastos são registados como gastos do período à medida que vão sendo incorridos, por sua vez, as grandes reparações são registadas em Ativos Fixos Tangíveis e amortizadas às taxas correspondentes à vida residual dos ativos principais.

Como resultado da alienação, ou abate, de um ativo fixo tangível existem as mais ou menos valias, estas são calculadas através da diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da venda/abate. São registadas na Demonstração de Resultados como "Outros rendimentos ou ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Inventários

Os inventários são registados através da fórmula de custeio o FIFO e encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Este custo engloba todos os custos com a compra e outros incorridos para a colocação no local e condições atuais.

c) Instrumentos Financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber", encontram-se registadas pelo seu valor nominal. São apresentadas no balanço deduzidas de qualquer eventual perda por imparidade, registadas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", de modo a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando tem um carácter corrente, não incluem juros, uma vez que não se considera material o impacto do desconto.

ii. Empréstimos

Os empréstimos encontram-se registados no passivo pelo seu custo, deduzido de qualquer custo de transação que seja diretamente atribuível à sua emissão. São expressos no passivo corrente ou não corrente do balanço, dependendo do seu vencimento efetivar-se a menos ou a mais de ano, respetivamente.

Quando existe cessação das obrigações decorrentes dos contratos, ou seja, quando há lugar a liquidação, cancelamento ou expiração, é efetuado o seu desreconhecimento. Os custos

incorridos com os juros, bem como outros decorrentes do empréstimo, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na Demonstração de Resultados do período, de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a terceiros, quando não há lugar ao pagamento de juros, são registadas pelo seu custo. À semelhança dos empréstimos, quando existe cessação das obrigações decorrentes dos contratos, ou seja, quando há lugar a liquidação, cancelamento ou expiração, é efetuado o seu desreconhecimento.

iv. Caixa e depósitos bancários

Na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, estão incluídos os montantes dos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor. São reconhecidos no ativo corrente se o seu vencimento for inferior a 12 meses, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

d) Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos no exercício a que se referem à medida que são gerados, independentemente do momento em que ocorre o pagamento ou o recebimento. Registadas nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”, encontram-se as diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados.

e) Rédito

O rédito das vendas, prestações de serviços, e juros decorrentes da atividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, livremente fixado entre as partes numa base de independência. Relativamente às vendas e prestações de serviços, este justo valor reflete eventuais abatimentos e descontos concedidos, e não inclui qualquer imposto liquidado nas faturas.

O rédito proveniente das vendas de bens só é reconhecido quando se encontrem cumpridas, na totalidade, as condições a seguir apresentadas:

- A instituição tenha transferido para o comprador todos os riscos e vantagens significativos inerentes à propriedade dos bens;



- A instituição não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse e controlo dos bens vendidos;
- A quantia do crédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

O crédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, tendo por base a fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado quando estão cumpridas as seguintes condições:

- A quantia do crédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

f) Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos quando existir certeza de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas, e que os subsídios serão recebidos.

O método contabilístico adotado não é afetado pelo modo como a instituição recebe o subsídio, este é contabilizado da mesma maneira quer seja recebido em dinheiro, quer seja recebido como redução de um passivo.

Os empréstimos perdoáveis, bem como os subsídios a fundo perdido, são tratados como um subsídio quando há certezas que a entidade satisfará de todas as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários permitindo equilibrá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis aqueles que, quando há um acordo individualizado de concessão do



subsídio a favor da entidade, se tenha cumprido as condições estabelecidas para a sua cedência e não existam dúvidas que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, uma vez que possuem um carácter de empréstimo.

Um subsídio poderá ser recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridas num período antecedente, no seguimento será reconhecido como rendimento do período em que se torna recebível, com a divulgação necessária para garantir que o seu efeito seja claramente compreendido.

Apresentação de subsídios relacionados com ativos:

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

Apresentação de subsídios relacionados com rendimentos:

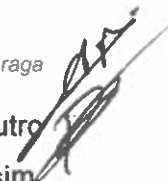
Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar défices de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Reembolso de subsídios:

Um subsídio que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma revisão da estimativa contabilística. Quando há lugar ao reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou com ativos, deve ser aplicado, inicialmente, em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado relacionado com subsídio. Quando existe um excedente do reembolso, comparativamente ao crédito diferido, ou quando não exista qualquer crédito diferido, o reembolso deverá ser imediatamente reconhecido como um gasto.

g) Imposto corrente

Os ativos e passivos por impostos diferidos, devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja liquidada às entidades responsáveis, com referência às taxas e leis fiscais que estejam aprovadas à data do balanço.



A contabilização dos efeitos dos impostos correntes de uma transação, ou de outro acontecimento, é consolidada com a contabilização dessa transação ou acontecimento. Assim, qualquer transação ou acontecimento reconhecido no resultado está refletido, nesses mesmos resultados, os seus efeitos fiscais.

Respeitante a transações ou acontecimentos que se encontrem reconhecidos diretamente no Fundo Patrimonial, os seus efeitos fiscais também devem ser lá reconhecidos nos casos em que o imposto é diretamente creditado ou debitado nessa rubrica.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer qualquer efeito significativo nas presentes declarações financeiras.

h) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo englobam as retribuições exigíveis por lei, tais como, vencimentos, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal, e quaisquer outras adicionais. Também, poderão englobar retribuições decididas pontualmente pela Direção. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

São reconhecidas como gastos do período, em que os serviços são prestados, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com legislação laboral aplicável, o direito ao subsídio de férias relativo ao período, é somente pago durante o período seguinte, pelo que, os gastos correspondentes são reconhecidos como benefício dos empregados de curto prazo e tratados de acordo com o parágrafo anterior.

Os benefícios dos empregados decorrentes de cessação de emprego são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem quer seja por decisão unilateral, mútuo acordo ou por decisão judicial.

3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração é de valor insignificante.

A Demonstração de Fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes/utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros movimentos relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento englobam pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos. Por sua vez, as atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. – Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF-ESNL, são utilizados estimativas e pressupostos que condicionam a aplicação de políticas e montantes reportados. Estas são continuamente avaliadas e suportam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, englobam expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação e/ou experiência adquirida.

Nas demonstrações financeiras verificam-se as estimativas mais significativas refletidas no apuramento e mensuração dos inventários, no período de vida útil dos ativos e na utilização do princípio do acréscimo na especialização dos gastos.

As estimativas foram determinadas com base na informação fiável disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. Todavia, podem ocorrer, em períodos subsequentes, situações que, à data atual, não sejam previsíveis e, conseqüentemente, não estejam refletidas nessas estimativas. As possíveis alterações, às estimativas, que ocorram após a data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

3.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, mantiveram como referencial contabilístico o acordo aplicável ao Setor Não Lucrativo, SNC-ESNL, e tiveram como suporte os livros e os registos contabilísticos da instituição.

A instituição apresenta dificuldades de tesouraria, devido à gestão de Direções anteriores com dívidas ao IEF, à Segurança Social e à Autoridade Tributária. Como referido anteriormente, a instituição tem a sua situação tributária e contributiva regularizada através de acordos e está a



cumprir com todos os planos prestacionais negociados com a Autoridade Tributária e a Segurança Social e já foi amortizada grande parte da dívida ao IEFP.

3.5. – Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector. Não é previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento, a curto prazo, que possa pôr em causa a validade dessas estimativas, ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de Caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores em €)

Meios Financeiros líquidos	Disponíveis para uso	Indisponíveis para uso	Total	Disponíveis para uso	Indisponíveis para uso	Total
	2025			2024		
Caixa						
Numerário	1.046,33 €		1.046,33 €	2.647,72 €		2.647,72 €
Subtotal	1.046,33 €	- €	1.046,33 €	2.647,72 €	- €	2.647,72 €
Depósitos bancários						
Depósitos à ordem	189.944,91 €		189.944,91 €	41.132,97 €		41.132,97 €
Outros depósitos	- €		- €	- €		- €
Subtotal	189.944,91 €	- €	189.944,91 €	41.132,97 €	- €	41.132,97 €
TOTAL	190.991,24 €	- €	190.991,24 €	43.780,69 €	- €	43.780,69 €

Apresentação dos meios financeiros líquidos em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao ano de 2024, resultado das operações de tesouraria realizadas no exercício.

5. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

5.1. - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

→ Bases de mensuração

Após o reconhecimento como ativo, estes são valorizados pelo modelo do custo. Neste, o ativo, deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação ou perda por imparidade acumulada.

→ Método de depreciação adotado

O método utilizado para a depreciação dos ativos fixos tangíveis é o método da linha reta. Deste modo, a depreciação está relacionada exclusivamente com o tempo, e não com o uso do ativo, sendo constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

→ Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Como abordado no tópico anterior, as depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo, traduzindo-se nas seguintes taxas médias.

Edifícios e Outras Construções	2%	4%	5%		
Equipamento Básico	14,28%	16,66%	25%	33%	
Equipamento de Transporte	25%				
Equipamento Administrativo	10%	12,5%	20%	25%	33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14,28%	16,66%	33,33%		

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS durante o ano de 2025 foram os seguintes:

(valores em €)

Ativo Bruto

Activo Bruto:	Saldo inicial em 01/01/25	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Regularizações	Saldo final em 31/12/25
Terrenos e Recursos Naturais	198.148,32 €					198.148,32 €
Edifícios e Outras Construções	5.927.978,21 €					5.927.978,21 €
Equipamento Básico	1.447.760,72 €	2.014,72 €				1.449.775,44 €
Equipamento de Transporte	411.228,77 €					411.228,77 €
Equipamento administrativo	913.221,33 €	6.980,01 €				920.201,34 €
Outros ativos fixos tangíveis	199.279,48 €					199.279,48 €
Ativos fixos tangíveis em curso	23.930,50 €				23.930,50 €	- €
Total	9.121.547,33 €	8.994,73 €	- €	- €	23.930,50 €	9.106.611,56 €

Depreciações acumuladas e imparidades

Depreciações acumuladas:	Saldo inicial em 01/01/25	Depreciações do exercício	Imparidades do exercício	Alienações / Abates	Regularizações	Saldo final em 31/12/25
Terrenos e Recursos Naturais	79.116,84 €	- €				79.116,84 €
Edifícios e Outras Construções	3.064.502,46 €	89.575,70 €			74.145,49 €	3.228.223,65 €
Equipamento Básico	1.447.760,72 €	1.194,93 €			- 995,86 €	1.447.959,79 €
Equipamento de Transporte	411.228,77 €	- €			- €	411.228,77 €
Equipamento administrativo	910.486,45 €	930,70 €			6.223,01 €	917.640,16 €
Outros ativos fixos tangíveis	171.571,55 €	- €			27.707,92 €	199.279,47 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €			- €	- €
Total	6.084.666,79 €	91.701,33 €	- €	- €	107.080,56 €	6.283.448,68 €

5.2. - Divulgações sobre ativos intangíveis

→ Bases de mensuração

Após o reconhecimento como ativo, estes são valorizados pelo modelo do custo. Neste, o ativo, deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação ou perda por imparidade acumulada.

→ Método de depreciação adotado

O método utilizado para a depreciação dos ativos fixos tangíveis é o método da linha reta. Deste modo, a depreciação está relacionada exclusivamente com o tempo, e não com o uso do ativo, sendo constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de ATIVOS INTANGÍVEIS durante o ano de 2025 foram os seguintes:

(valores em €)

Ativo Bruto

Activo Bruto:	Saldo inicial em 01/01/25	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Regularizações	Saldo final em 31/12/25
Goodwill	- €					- €
Projetos de desenvolvimento	- €					- €
Programas de Computador	50.173,65 €					50.173,65 €
Propriedade Industrial	- €					- €
Outros ativos intangíveis	- €					- €
Total	50.173,65 €	- €	- €	- €	- €	50.173,65 €

Depreciações acumuladas e imparidades

Depreciações acumuladas:	Saldo inicial em 01/01/25	Depreciações do exercício	Imparidades do exercício	Alienações / Abates	Regularizações	Saldo final em 31/12/25
Goodwill	- €					- €
Projetos de desenvolvimento	- €					- €
Programas de Computador	33.450,77 €	16.722,88 €				50.173,65 €
Propriedade Industrial	- €					- €
Outros ativos intangíveis	- €					- €
Total	33.450,77 €	16.722,88 €	- €	- €	- €	50.173,65 €

6. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados primeiro sejam vendidos ou consumidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens comprados mais recentemente.

6.1. – Quantia total escriturada de inventários

(valores em €)

Inventários	2025	2024
Géneros Alimentares	3.922,28 €	6.755,93 €
Matérias-Primas CACI	- €	- €
Produtos	- €	- €
TOTAL GERAL	3.922,28 €	6.755,93 €

6.2. – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período**Inventários, CMVMC e Variação da Produção**

(valores em €)

Evolução dos inventários e CMVMC	31/12/2025 Mat.- primas	Produtos	31/12/2024 Mat.- primas	Produtos
1- Inventário inicial	6.755,93 €	- €	2.875,52 €	- €
2- Quebras /Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €
3- Compras	197.444,04 €	- €	296.322,79 €	- €
4- Subcontratos				
5- Reclassificação e reg. inventários				
6- Inventário final	3.922,28 €	- €	6.755,93 €	- €
Gasto do Período (1-2+3-5)	200.277,69 €	- €	292.442,38 €	- €
	CMVMC	Var. da Produção	CMVMC	Var. da Produção



7. Réditos

7.1. – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A instituição reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- *Vendas*: São reconhecidos os réditos das vendas na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando o montante possa ser razoavelmente quantificado e/ou quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a instituição.
- *Prestações de serviços*: O seu reconhecimento na demonstração dos resultados, está referenciado à fase de acabamento da prestação dos serviços à data do balanço.
- *Juros*: São reconhecidos os juros utilizando o método do juro efetivo, isto é, a imputação do gasto dos juros, ou rendimento, é efetuada durante o período relevante.

7.2. - Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período

(valores em €)

Rubricas	2025	2024
Vendas	6.046,08 €	3.549,60 €
Artes Gráficas	- €	- €
Atividades agrícola	- €	- €
Atividades Oficinas	- €	- €
Atividades Têxteis/Artesanais	- €	- €
Atividades CACI/ outras	6.046,08 €	3.549,60 €
Prestações de Serviços	636.840,50 €	553.447,44 €
Matrículas e Mensalidades	601.026,04 €	522.695,33 €
Quotizações de Associados	13.007,00 €	11.489,00 €
Outros	22.807,46 €	19.263,11 €
Subtotal	642.886,58 €	556.997,04 €

Relacionado com as prestações de serviços, a APPACDM de Braga, reconhece algumas como “Trabalhos para a própria entidade”, uma vez que tem como objetivo o consumo interno da associação. Esta rubrica inclui os seguintes trabalhos:

- Trabalhos realizados nos diversos CACI's que resultam em venda direta de artigos, ou faturação de serviços prestados, como a colocação de etiquetas.
- Produção de refeições para consumo dos trabalhadores a título de subsídio de refeição, registadas no vencimento como subsídio de alimentação em espécie.

No quadro seguinte, é possível ver o detalhe da conta “Trabalhos para a própria entidade”:

Trabalhos para a Própria Entidade

(valores em €)

Trabalhos para a Própria Entidade	2025	2024
Autoconsumos Quinta Lomar	83.017,70 €	13.294,00 €
Autoconsumos cozinhas - alimentação em géneros	31.362,35 €	115.641,94 €
Subtotal	114.380,05 €	128.935,94 €

8. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

8.1. - Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o valor aprovado. Este registo acontece apenas quando existe uma garantia razoável de que se irão ser recebidos e que a instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

8.2. - Subsídios relacionados com rendimentos

Na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração de resultados, encontram-se reconhecidos subsídios recebidos relacionados com os acordos/protocolos de cooperação entre a instituição e as entidades tutelares e/ou parceiras financiadoras como é o caso do ISS, IP.

No quadro seguinte é possível analisar os montantes de subsídios reconhecidos como rendimentos do exercício na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração":

(valores em €)

Subsídios, doações e legados à exploração	2025	2024
Ministério da Solidariedade e S.S.		
ISS, IP - Centro Distrital de Braga	2.640.981,04 €	2.459.786,24 €
Acordos de cooperação	2.640.981,04 €	2.459.786,24 €
Donativos	84.407,79 €	- €
Ministério da Educação	- €	- €
Outras entidades	56.919,83 €	500,00 €
IEFP	56.419,83 €	- €
INR	- €	- €
Outros	500,00 €	500,00 €
Total	2.782.308,66 €	2.460.286,24 €

Os valores reconhecidos nos subsídios resultam, quase na sua totalidade, das transferências no âmbito dos acordos de cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Braga para os Lares e CACI's, e, em 2024, apresentava a seguinte distribuição média mensal.

ACORDO	Nr. UTENTES	Média Mensal-2025	Nr. UTENTES	Média Mensal-2024
CACI - Gualtar	45	32.750,56 €	45	30.360,51 €
CACI - Lomar	30	21.833,71 €	30	20.744,69 €
CACI - Vila Verde	38	27.656,03 €	38	25.637,76 €
CACI - Esposende	30	15.435,95 €	30	15.712,69 €
CACI - V.N. Famalicão	60	43.667,42 €	60	40.480,70 €
Lar – Lomar	20	31.903,01 €	20	27.298,12 €
Lar – Fraião	15	24.502,98 €	15	22.577,50 €
Lar – São Lázaro	14	22.332,10 €	14	22.226,46 €
TOTAL	252	220.081,75 €	252	205.038,42 €

8.3. - Subsídios relacionados com investimentos em ativos

Os subsídios não reembolsáveis, incluindo os não monetários, relacionados com Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, devem ser apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

Decomposição dos movimentos associados a esta rubrica:

Movimentos na Conta 593

(valores em €)

Rubricas/Projectos	Saldo Inicial (Credor)	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo Final (Credor)
PIDDAC - Edifício dos Granjinhos	92.722,16 €	4.031,39 €	- €	88.690,77 €
Orçamento Participativo - CM Braga	137.245,00 €	1.700,00 €	- €	135.545,00 €
CM - Esposende	23.930,50 €	- €	- €	23.930,50 €
Norte 07-4842-FEDER-000211	272.534,96 €	5.677,81 €	- €	266.857,15 €
Apoio Adicional CM Braga	38.400,00 €	800,00 €	- €	37.600,00 €
Apoio Carinha SS - PRR-RE-C03-I01-14-000475	- €	- €	17.500,00 €	17.500,00 €
TOTAL	564.832,62 €	12.209,20 €	17.500,00 €	570.123,42 €

9. Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram factos dignos de relevo na instituição ou na economia após a data da aprovação pela direção.

10. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da instituição poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e eventual correção pela administração fiscal.

A Direção da instituição considera que eventuais correções, nos termos do parágrafo anterior, não terão valores significativos.

Não há situações suscetíveis de dar origem a impostos diferidos.

11. Instrumentos Financeiros

11.1 – Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica "Clientes" apresentava os seguintes saldos:

(valores em €)

Clientes	2025	2024
Não corrente	- €	- €
Corrente	3.049,47 €	13.481,34 €
• Clientes c/c	9.352,54 €	1.379,72 €
• Utentes c/c	- 6.303,07 €	12.101,62 €

Os valores evidenciados neste quadro encontram-se pelo seu montante líquido de perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas nas contas de clientes e utentes.

11.2 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica de "Fornecedores" apresentava os seguintes saldos e maturidades:

(valores em €)

Fornecedores	2025	2024
Não corrente	- €	- €
Corrente	153.727,28 €	199.368,42 €
Fornecedores Investimentos	- €	- €
Outros fornecedores	153.727,28 €	199.368,42 €

11.3. – Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica "Outros Devedores e Credores" apresentava os seguintes saldos e maturidades:

(valores em €)

Outros Devedores e Credores	2025	2024
Ativo Corrente	276.582,19 €	335.669,95 €
Fundadores/associados/outros	270.136,57 €	273.212,07 €
NORTE-07-4842-FEDER-000211	- €	15.494,88 €
CMBraga - OP2020	- €	27.822,50 €
Outros	6.079,59 €	19.140,50 €
Passivo Corrente	785.155,52 €	698.214,66 €
Pessoal - Passivo Corrente - especialização	168.041,41 €	150.306,49 €
Pessoal - Subsídios	451.256,76 €	336.891,15 €
Dívida IEF/POEFDS	21.101,19 €	25.581,11 €
Outros	144.738,66 €	185.435,91 €

Na conta "Fundadores/associados/outros" está incluído o valor da dívida à instituição do anterior presidente Dr. Bruno Ramos no montante de 266.072,57€.

11.4 – Financiamentos Obtidos

O valor constante na rubrica Financiamentos obtidos, resulta de empréstimos contraídos junto do Banco Montepio Geral, submetidos à aprovação da Assembleia Geral por Direções anteriores.

(valores em €)

Financiamentos obtidos	2025	2024
Até um ano	135.289,44 €	114.220,02 €
Mais de um ano	342.347,93 €	479.773,28 €
Total	477.637,37 €	593.993,30 €

11.5 – Fundos Patrimoniais

O valor do fundo social é de 1.965.548,83 Euros. Os valores incluídos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 são os que se seguem:

(valores em €)

Fundos Patrimoniais	2025	2024
Fundo Social	1.965.548,83 €	1.965.548,83 €
Resultados Transitados	- 1.570.323,78 €	- 1.285.497,17 €
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	570.123,42 €	564.832,62 €
Resultados Líquidos do Período	2.374,49 €	- 221.747,81 €
Total	967.722,96 €	1.023.136,47 €

A rubrica outras variações nos Fundos Patrimoniais inclui o valor do subsídio do PIDDAC – Edifício dos Granjinhos, do Orçamento Participativo para financiamento da cobertura de Gualtar e Orçamento Participativo para requalificação do Lar de São Lázaro e ainda o financiamento do Programa NORTE2020 e ainda o financiamento do projeto de arquitetura de Esposende, apoio adicional da CM-Braga e apoio a compra de Carinha pelo programa SS - PRR-RE-C03-I01-14-000475.

Na rubrica Resultados Transitados foi incorporado o Resultado Líquido do exercício de 2024.



12 – Outras informações

12.1. – Acréscimos e diferimentos

Tal como referido na Nota 3 acima, a instituição obedece ao princípio de especialização do exercício.

Assim, estão reconhecidas no Balanço as seguintes verbas de acréscimos:

(valores em €)

Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos	2025	2024
Ativo	- €	349,03 €
Gastos diferidos	- €	- €
Acréscimos de rendimentos	- €	- €
Outros (gastos diferidos)	- €	349,03 €
Passivo	354.645,61 €	352.502,62 €
Remunerações a Liquidar em (dívida corrente)	334.770,35 €	352.502,62 €
Outros acréscimos de gastos	19.875,26 €	- €
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos diferidos	- €	- €

Os valores das "Remunerações a Liquidar – férias e subsídios férias a vencer" referem-se ao mês de férias e subsídios de férias vencidos em 2025 a serem pagos em 2026.

12.2 – Fornecimentos e serviços externos

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31/12/2025:

(valores em €)

Rubricas	2025	2024
Subcontratos	- €	- €
Serviços especializados	125.700,12 €	109.557,56 €
Trabalhos especializados	56.935,12 €	51.235,00 €
Honorários	13.559,55 €	13.838,44 €
Conservação e reparação	49.407,61 €	30.186,82 €
Outros	5.797,84 €	14.297,30 €
Materiais	17.589,26 €	16.294,77 €
Energia e fluidos	188.605,12 €	153.676,23 €
Eletricidade	81.640,32 €	58.926,30 €
Combustíveis	23.576,48 €	22.033,07 €
Água e outros fluidos	31.100,72 €	25.206,41 €
Outros fluidos	52.287,60 €	47.510,45 €
Deslocações, estadas e transportes	3.518,68 €	3.634,45 €
Serviços diversos	92.715,50 €	84.828,61 €
Rendas	6.988,13 €	2.278,43 €
Comunicação	23.252,09 €	18.712,62 €
Seguros	20.244,46 €	13.964,88 €
Contencioso e notariado	708,16 €	7.402,37 €
Limpeza, higiene e conforto	41.522,66 €	42.470,31 €
Total FSE	428.128,68 €	367.991,62 €

12.3 – Gastos com pessoal

O saldo da conta de gastos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31/12/2025:

(valores em €)

Rubricas	2025	2024
Remunerações do pessoal	2.277.825,76 €	2.207.481,72 €
Encargos sobre remunerações	472.471,76 €	479.963,92 €
Seguros de acidentes no trabalho	23.635,05 €	29.664,53 €
Indemnizações	3.835,00 €	21.594,87 €
Medicina HST	5.015,61 €	4.580,10 €
Outros	- €	- €
TOTAL GERAL	2.782.783,18 €	2.743.285,14 €

12.4 – O número médio de empregados

O número médio de empregados ao serviço ao longo do ano e o número nos períodos findos em 31/12/2025 apresenta os seguintes valores:

	2025	2024
Nº médio de empregados do período	161	164

12.5. O número médio de utentes

O número de utentes em 31 de dezembro de 2025, bem como os valores dos acordos com a Tutela, apresentam os seguintes valores:

Número médio de utentes	2025	2024
CACI - Gualtar	45	30.360,51 €
CACI - Lomar	30	20.744,69 €
CACI - Vila Verde	38	25.637,76 €
CACI - Esposende	30	15.712,69 €
CACI - V.N. Famalicão	60	40.480,70 €
Lar – Lomar	20	27.298,12 €
Lar – Fraião	15	22.577,50 €
Lar – São Lázaro	14	22.226,46 €
TOTAL	252	205.038,42 €

12.6. – Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas

Detalhe da rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas" em 31/12/2025:

(valores em €)

Outros Rendimentos e Ganhos	2025	2024
Rendimentos Suplementares	17.112,22 €	18.491,39 €
Donativos	84.407,79 €	144.171,16 €
Em Dinheiro	26.503,50 €	26.543,31 €
Em espécie	57.904,29 €	117.627,85 €
Restituição de impostos	10.819,35 €	24.425,71 €
Imputação de subsídios p/ investimentos	12.209,20 €	- €
Outros	27.895,70 €	2.230,01 €
Total	68.036,47 €	189.318,27 €

Outros Gastos e Perdas	2025	2024
Impostos Diretos e Indiretos	1.129,72 €	111,09 €
Descontos Pronto Pagamento	- €	- €
Quotizações	- €	- €
Outros	44.408,84 €	76,26 €
Total	45.538,56 €	187,35 €

12.7 – Juros e Gastos Similares

(valores em €)

Juros e Gastos Similares	2025	2024
Juros	40.107,60 €	39.917,46 €
Total	40.107,60 €	39.917,46 €

12.8. – Estado e outros entes públicos

Detalhe da rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" em 31/12/2025:

(valores em €)

Rubricas	2025	2024
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Retenções na fonte	- €	- €
Total Ativo	- €	- €

Rubricas	2025	2024
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Contribuições para a Segurança Social	543.249,23 €	518.596,58 €
Retenções na fonte	19.267,22 €	14.027,07 €
Outros	- €	678,78 €
Total Passivo	562.516,45 €	533.302,43 €

Por maturidade, o valor das Contribuições para a Segurança Social (543.249,23 €), no âmbito do plano prestacional negociado, distribui-se entre 134.998,50 € de passivo corrente (com vencimento até um ano) e 408.250,73 € de passivo não corrente (com vencimento superior a um ano, registado na conta 24512). As Retenções na fonte (19.267,22 €) classificam-se integralmente como passivo corrente.

13 – Garantias

Existem bens do ativo fixo tangível da APPACDM dados como hipoteca para garantir as obrigações junto da AT e IEFP. Os bens dados como garantias são os seguintes:

- O imóvel de São Lázaro está onerado a favor da AT, por contrapartida do acordo de pagamento da dívida ao IEFP.
- O empréstimo junto do Montepio Geral, não tem qualquer garantia real associada, tendo por base uma sociedade de garantia mútua.

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A APPACDM apresenta a sua situação tributária e contributiva regularizada através de acordos e está a cumprir com todos os planos prestacionais negociados com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

15 – Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 27 de março de 2026. Entre a data das demonstrações financeiras e a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações.

16 – Outras divulgações

No âmbito da sua atividade corrente, a Instituição é parte em processos judiciais de natureza laboral. À data de encerramento de contas e após consulta aos assessores jurídicos, a Direção entende que não é possível proceder a uma mensuração fiável de eventuais encargos associados a estes processos, atendendo à incerteza quanto ao seu desfecho. Não obstante, uma eventual decisão desfavorável poderá originar encargos adicionais para a Instituição, cujo impacto financeiro não é, nesta data, possível determinar com razoável fiabilidade. Face à ausência dos critérios de reconhecimento previstos nas normas contabilísticas aplicáveis, a Instituição optou por não constituir provisões.

A direção propõe que o resultado líquido positivo do período no valor de 2.374,49 euros seja transferido para resultados transitados.

Braga, 27 de março de 2026.

A Direção,



O Contabilista Certificado,

